

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

Cód. BB22 – PROCURADOR JÚNIOR

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1. A fiscalização financeira do Município é exercida por um controle popular, pois as contas do Município devem permanecer durante _____, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação:
 - (A) 30 dias.
 - (B) 60 dias.
 - (C) 90 dias.
 - (D) 15 dias.
 - (E) 45 dias.
2. Os Municípios organizam-se por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de:
 - (A) 20 dias.
 - (B) 30 dias.
 - (C) 15 dias.
 - (D) 10 dias.
 - (E) 45 dias.
3. A Lei Orgânica Municipal deverá ser aprovada por:
 - (A) metade dos Membros da Câmara Municipal
 - (B) metade mais 1 dos Membros da Câmara Municipal
 - (C) maioria Simples dos Membros da Câmara Municipal
 - (D) 1/3 dos Membros da Câmara Municipal
 - (E) 2/3 dos Membros da Câmara Municipal
4. O direito de propriedade não é:
 - (A) absoluto
 - (B) personalíssimo
 - (C) real
 - (D) social
 - (E) proporcional
5. O artigo 14, parágrafo 3º, da Constituição Federal estabelece, dentre outras, como condição de elegibilidade, na forma da lei:
 - (A) 21 anos para Vereador e 21 anos para Deputado Federal
 - (B) 30 anos para Deputado Federal e 21 anos para Vereador
 - (C) 35 anos para Senador e 21 anos para Vereador
 - (D) 30 anos para Senador e 21 anos para Vereador
 - (E) 18 anos para Vereador e 21 anos para Deputado Federal

6. O *Habeas Data* previsto no artigo 5º, inciso LXXII, da Constituição Federal, assegura judicialmente,
- (A) ao impetrante, o direito de informações sobre assuntos públicos
 - (B) ao impetrante, o conhecimento do teor de certidão para defesa de direito
 - (C) o conhecimento de informação relativas ao impetrante que constem de registros de âmbito público
 - (D) ao impetrante, o direito de conferência sobre informações relativas aos assuntos públicos
 - (E) ao impetrante, o direito de sigilo sobre assuntos administrativos
7. É princípio da Administração Pública:
- (A) da pessoalidade
 - (B) supremacia do interesse público sobre o privado
 - (C) da responsabilidade do Estado
 - (D) da segurança pública
 - (E) da defesa legal
8. São traços característicos da atividade de polícia:
- (A) abranger especificamente as atividades e propriedades
 - (B) desenvolver fiscalização a patrimônio
 - (C) ser liberada pela Administração
 - (D) prover privativamente de autoridade pública
 - (E) atuar na política estatal
9. A polícia administrativa propõe-se a salvaguardar
- (A) tranqüilidade e patrimônio
 - (B) valores históricos e artísticos tombados
 - (C) a segurança patrimonial e saúde pessoal
 - (D) a higiene e saúde públicos
 - (E) a ordem moral e valor econômico
10. A utilização por particulares, em caráter exclusivo, de bens dominicais, pode resultar de:
- (A) locação, concessão de uso, doação.
 - (B) locação, enfiteuse, novação
 - (C) locação, concessão de uso especial, doação
 - (D) locação, arrendamento, liberalidade
 - (E) locação, concessão de uso, ocupação
11. O regime dos servidores de empresas públicas, instituídas pelo Poder Público, será:
- (A) regime estatutário
 - (B) regime misto
 - (C) regime trabalhista
 - (D) regime de cargo
 - (E) regime de emprego
12. O pedido de demissão, formulado por empregado estável, terá validade desde que feito com assistência
- (A) de sindicato do respectivo trabalhador
 - (B) de sindicato patronal
 - (C) do Ministério Público Federal
 - (D) do Procurador do empregado demissionário
 - (E) dos sindicatos do trabalhador e Patronal, respectivamente

13. A estabilidade é adquirida pelo empregado após
- (A) cinco anos de serviço na mesma empresa
 - (B) mais de dez anos de serviço na mesma empresa
 - (C) mais de cinco anos de serviço à disposição do empregador
 - (D) mais de oito anos de serviço na mesma empresa
 - (E) dez anos de serviço à disposição do empregador
14. O contrato de trabalho, por prazo determinado, poderá ser estipulado pelo tempo máximo de _____, observada a regra do artigo 451 da C.L.T
- (A) um ano
 - (B) três meses.
 - (C) seis meses
 - (D) dois anos.
 - (E) por mais de dois anos.
15. Assinale a alternativa correta:
- (A) O empregador poderá comunicar ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de 10 dias, as datas de início e fim das férias coletivas.
 - (B) Férias coletivas poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 10 dias corridos.
 - (C) Em prazo de 10 dias, o empregador enviará cópia da comunicação de Férias Coletivas aos Sindicatos representativos da respectiva categoria profissional.
 - (D) Férias coletivas deverão ser gozadas em três períodos anuais.
 - (E) Em prazo de 20 dias, o empregador enviará cópia da comunicação de Férias Coletivas aos Sindicatos representativos da respectiva categoria profissional.
16. A indenização devida pela rescisão do contrato de trabalho, cujo salário é pago por dia, terá como base de cálculo para indenização:
- (A) 24 horas
 - (B) 12 horas
 - (C) 15 dias
 - (D) 20 dias
 - (E) 30 dias
17. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário:
- (A) um dia ao ano para doação de sangue, quatro dias consecutivos em caso de falecimento de dependente
 - (B) três dias consecutivos em caso de falecimento de cônjuge
 - (C) sete dias consecutivos em caso de casamento
 - (D) três dias consecutivos para casamento, dois dias para alistamento como eleitor
 - (E) sete dias para cumprimento das exigências da Lei n. 4.375 de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar)
18. A "Infração de medida sanitária preventiva" é:
- (A) material, dolosa especificamente e comum.
 - (B) especial, material e preterdolosa.
 - (C) culposa, formal e omissiva.
 - (D) formal, norma penal em branco e dolosa genericamente.
 - (E) comissiva, material e culposa.

19. A concussão consuma-se com:

- (A) a exigência de vantagem indevida
- (B) o recebimento de vantagem indevida.
- (C) a promessa de pagamento da vantagem indevida.
- (D) o pagamento do valor exigido.
- (E) a prisão em flagrante do autor da exigência

20. A Lei Penal admite a “exceção da verdade” no caso do ofendido ser:

- (A) o Presidente da República
- (B) incapaz
- (C) funcionário público e a ofensa for relativa ao exercício de suas funções
- (D) Chefe de Governo estrangeiro
- (E) pessoa morta

21. Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Na apropriação indébita não há a intenção de restituir a coisa apropriada
- (B) No peculato-desvio, faz-se necessária a presença só do dolo genérico.
- (C) O objeto material do peculato é o dinheiro, valor ou qualquer outro bem.
- (D) Perfaz-se a conduta do peculato próprio mediante apropriação ou desvio.
- (E) Desviar é dar à coisa destinação diversa daquilo em razão da qual foi ela confiada ao agente

22. Diz-se elemento da Dação

- (A) substituição da prestação
- (B) liberação pelo credor
- (C) dívida não adimplida
- (D) depósito pelo devedor
- (E) sub-rogação pelo credor

23. A lei estabelece, dentre outras, a seguinte consequência da mora do credor, se não houver dolo do devedor,

- (A) sujeita o credor a dar a coisa, no valor mais favorável ao devedor, se tiver havido a variação após o início da mora
- (B) obriga o credor a indenizar o devedor pelos danos que resultem do fato da mora, com juros compensatórios de seis por cento ao ano
- (C) liberar o devedor de toda a responsabilidade a respeito do objeto da prestação, em geral
- (D) obriga o credor a ressarcir em dobro, ao devedor, as despesas efetuadas com a conservação da coisa, após o início da mora
- (E) obriga o credor a ressarcir em dobro, ao devedor, os juros compensatórios ou penas convencionais

24. Deverão ser transcritos no respectivo Registro:

- (A) ilhas situadas nos rios não navegáveis
- (B) os julgados, pelos quais, nas ações divisórias, se puser termo à indivisão
- (C) dotes
- (D) bens móveis adquiridos por herança
- (E) bens móveis arrematados em hasta pública

25. Perde-se a posse das coisas

- (A) pelo abandono
- (B) pelo esbulho
- (C) pelo furto
- (D) estelionato
- (E) por falta de pagamento

- 26.** As ações de manutenção e as de esbulho serão:
- (A) sumárias, quando intentadas dentro de seis meses da turbação e esbulho
 - (B) sumárias, quando intentadas dentro de um mês da turbação e esbulho
 - (C) sumárias, quando intentadas em qualquer prazo da turbação e esbulho
 - (D) cautelares intentadas, quando intentadas 24 horas da turbação ou esbulho
 - (E) sumárias, quando intentadas em ano e dia da turbação e esbulho
- 27.** O proprietário que anuir em janela, sacada, terraço ou goteira sobre seu prédio, poderá exigir que se desfaça
- (A) até o lapso de 30 dias após a conclusão da obra.
 - (B) até o lapso de 45 dias após a conclusão da obra.
 - (C) até o lapso de 60 dias após a conclusão da obra.
 - (D) até o lapso de ano e dia após a conclusão da obra.
 - (E) até o lapso de 90 dias após a conclusão da obra.
- 28.** A consignação tem lugar se
- (A) ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento.
 - (B) pender litígio sobre o objeto ao pagamento
 - (C) se o credor, sem justa causa, recusar receber o pagamento.
 - (D) se o credor for desconhecido ou estiver declarado ausente.
 - (E) não houver concurso de preferência aberto contra o credor, ou se este for capaz de receber pagamento.
- 29.** São hipóteses de extinção do crédito tributário
- (A) compensação, remissão, decisão administrativa irreformável
 - (B) conversão do depósito, compensação, transação
 - (C) transação penal, arresto, remissão
 - (D) pagamento, prescrição, perdão
 - (E) decisão judicial, arresto, consignação em pagamento
- 30.** Na execução de obrigação de fazer, fundada em título extrajudicial, o juiz fixará ao despachar a inicial:
- (A) prazo para cumprimento da obrigação
 - (B) multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação
 - (C) prazo para oposição de embargos, inicialmente
 - (D) data para início da fixação de multa, a partir da qual será devida
 - (E) a citação do fiador
- 31.** São absolutamente impenhoráveis:
- (A) vencimentos dos magistrados e seus automóveis
 - (B) quaisquer imagens e objetos do culto religioso
 - (C) retratos de família e anel nupcial
 - (D) vestido de núpcias
 - (E) tenças, montepios e relógios de família
- 32.** O arresto tem lugar quando o devedor
- (A) se ausenta por mais de 15 dias
 - (B) se ausenta por mais de 30 dias
 - (C) contrai núpcias em regime de comunhão universal de bens
 - (D) efetua novação
 - (E) que tem bens de raiz, intenta a dá-los em anticrese

33. Aquele que pretenda no todo a coisa ou direito, sobre o que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer:

- (A) oposição
- (B) reconvenção
- (C) impugnação
- (D) nomeação à autoria
- (E) embargos

34. Das decisões interlocutórias caberá:

- (A) apelação
- (B) embargos declaratórios
- (C) agravo
- (D) embargos infringentes
- (E) reconsideração

35. Estabelece a Seguridade Social, em lei, que a pessoa jurídica, em débito:

- (A) poderá contratar com o Poder Público.
- (B) poderá receber do Poder Público incentivos fiscais.
- (C) não poderá receber benefícios do Poder Público.
- (D) poderá receber benefícios creditícios
- (E) não poderá receber contribuições sociais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36. A Execução Fiscal comporta embargos, no prazo de 30 dias contados:

- (A) do depósito
- (B) da data da intimação da Fazenda Pública
- (C) da compensação
- (D) da garantia prestada por terceiro
- (E) da remição do bem

37. O controle da execução orçamentária compreende

- (A) a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens
- (B) a legalidade da arrecadação da despesa e a extinção das obrigações
- (C) compreende a fidelidade funcional dos agentes responsáveis por valores públicos
- (D) compreende o cumprimento do programa de trabalho, expresso em termos de realização de obras
- (E) compreende o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos de prestação de serviços

38. Constituem bens municipais:

- (A) as terras devolutas
- (B) os bens municipais móveis e imóveis
- (C) todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município
- (D) os bens municipais cadastrados a qualquer título administrados pelo Prefeito
- (E) direitos, bens móveis e imóveis cadastrados que, a qualquer título, pertençam ao Município

39. O processo legislativo, por iniciativa popular, dar-se-á mediante subscrição por, no mínimo,

- (A) 10% do eleitorado do Município
- (B) 3% do eleitorado do Município
- (C) 15% do eleitorado do Município
- (D) 12% do eleitorado do Município
- (E) 5% do eleitorado do Município

40. Os loteamentos deverão atender, dentre outros, o(s) seguinte(s) requisito(s):

- (A) traçado básico do sistema viário das ruas nele contidas.
- (B) localização aproximada dos terrenos, destinados a equipamento urbano e comunitário e das áreas livres de uso público.
- (C) indicação dos arruamentos contíguos a todo perímetro.
- (D) a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários, existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área.
- (E) lotes de área mínima de 125 m² e frente mínima de cinco metros, salvo quando houver legislação com determinação expressa em contrário.

41. As sanções administrativas, previstas no Código de Defesa do Consumidor, dentre outras, poderão ser:

- (A) imposição de contrapropaganda, multa, apreensão do produto, intervenção judicial.
- (B) limitação de produção, interdição total de estabelecimento, de obra ou atividade, proibição de fabricação do produto.
- (C) suspensão temporária de atividade, apreensão do registro do produto junto ao órgão competente, inutilização do produto.
- (D) multa, apreensão do produto, proibição de fabricação do produto, suspensão de fornecimento de serviços, interdição parcial de obra.
- (E) permissão de uso, imposição de contrapropaganda, prestação de serviço gratuito, multa, intervenção administrativa.

42. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- (A) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada.
- (B) para execução de obras por empreitada por preço global acima de R\$ 700.000,00.
- (C) para aquisição de materiais didáticos de marca certa indicada pelo MEC
- (D) para aquisição de equipamentos que somente possam ser fornecidos por empresas certas com preferências de marcas.
- (E) para aquisição de gêneros que só possam ser fornecidos por representante comercial exclusivo de determinada marca.

43. A Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, estabelece um prazo de:

- (A) até três exercícios para eliminação gradual do excesso de despesa pessoal, à razão de 50% ao ano.
- (B) até dois exercícios para eliminação gradual do excesso de despesa de pessoal, à razão de 50% ao ano.
- (C) até dois exercícios para eliminação gradual do excesso de despesa pessoal, à razão de 20% ao ano.
- (D) até três exercícios para eliminação gradual do excesso de despesa de pessoal, à razão de 20% ao ano.
- (E) até um exercício para eliminação do excesso de despesa de pessoal, à razão de 50% no ano.

44. É/São competente(s) para dar exercício ao funcionário lotado em suas respectivas repartições:

- (A) os Diretores de Departamento
- (B) o Secretário Geral da Câmara
- (C) os Diretores de Departamento, o Inspetor Fiscal e o Secretário Geral da Câmara.
- (D) o Prefeito
- (E) os Vereadores e os Diretores de Departamento

45. Assinale a alternativa correta:

- (A) Poderá ser promovido o funcionário em estágio probatório.
- (B) Poderá o funcionário pleitear promoção por tempo de cargo.
- (C) As promoções serão realizadas semestralmente
- (D) As vantagens da promoção serão contadas da data da assinatura do decreto promocional.
- (E) Ao funcionário, fora do exercício, serão abonadas somente as vantagens a partir da data da reassunção.

46. O funcionário será aposentado por acidente quando:

- (A) for agredido e não tiver provocado o ato.
- (B) a prova do acidente for realizada em processo especial, determinado pelo Prefeito ou Mesa da Câmara.
- (C) ficar inválido por moléstias funcionais.
- (D) adquirir doença profissional
- (E) houver extinção do cargo.

47. A Ação Civil Pública tem por objeto:

- (A) a realização de benfeitorias.
- (B) a prestação de cautela para atos públicos
- (C) a condenação em dinheiro ou cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- (D) a condenação por improbidade
- (E) danos ao meio ambiente.

48. Cabe à Câmara Municipal:

- (A) autorizar a movimentação de caixas e pensões.
- (B) autorizar o uso de espaço público.
- (C) desapropriar propriedades particulares.
- (D) autorizar a concessão e permissão de serviços públicos.
- (E) autorizar a modificação de uso para prédios públicos.

49. A aposentadoria no regime geral de previdência social prevê:

- (A) 30 anos de contribuição, se homem, e 25 anos, se mulher.
- (B) 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos, se mulher.
- (C) 70 anos de idade, se homem, e 65 anos, se mulher.
- (D) 60 anos de idade, independentemente do sexo do contribuinte.
- (E) 50 anos de idade para trabalhadores rurais.

50. Para fins da Ação Popular, regulada pela Lei 4.717 de 29 de junho de 1965, considera-se patrimônio público, bens e direitos de valor:

- (A) econômico, artístico, estético, histórico e turístico.
- (B) econômico, paisagístico, geográfico e turístico.
- (C) ambiental, artístico, histórico, estético e paisagístico.
- (D) internacional, geográfico, turístico e artístico.
- (E) mercantil, turístico, histórico e paisagístico